

Segunda fase do programa para o desenvolvimento regional no Paraná começa a tomar forma

18/05/2023

Planejamento

O Comitê Técnico Interinstitucional do [Programa Paraná Produtivo](#) reuniu-se nesta terça-feira (16) para dar o pontapé inicial na construção da fase 2 dessa iniciativa do Governo do Estado que visa fomentar o desenvolvimento produtivo regional integrado. Conduzido pela Secretaria de Estado do Planejamento, ele tem agora mais do que o dobro de instituições envolvidas na primeira fase: 81 entidades participam da reformulação do Comitê, sendo 54 governamentais e 27 não governamentais.

No encontro, o grupo definiu o rito dos próximos trabalhos e iniciou a reestruturação dos grupos técnicos. “Planejar significa pensar o futuro e isso eu considero um ‘esporte’ coletivo”, explica o secretário Guto Silva, que abriu os trabalhos do Comitê, quando fez questão de sublinhar a importância desse instrumento robusto de diagnóstico de demandas das regiões paranaenses, para que elas sejam representadas no orçamento.

“Não existe política pública que não esteja representada no orçamento, é assim que a gestão pública funciona. Para uma obra acontecer, uma escola ou hospital serem erguidos e funcionarem, isso precisa estar previsto de uma forma anterior, antecipada”, diz Guto Silva.

O Programa Paraná Produtivo tem como objetivo aproximar setores econômicos de determinadas áreas pré-estabelecidas para entender de que forma as esferas estadual, municipal e a sociedade podem trabalhar juntas para potencializar a economia.

Na primeira fase, atuou em oito regiões prioritárias: Jacarezinho e Santo Antônio da Platina; Cornélio Procópio; Paranavaí, Cianorte e Umuarama; Campo Mourão; Guarapuava, Irati e União da Vitória; Castro e Telêmaco Borba. Elas reúnem 202 municípios que concentram 30% da população paranaense (3,3 milhões de pessoas) e 25% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. Todas já receberam suas versões dos planos que orientam as ações dos próximos anos.

Nesta segunda fase, o programa visa incluir sete Conselhos Gestores Regionais, fechando a rede de 15 governanças territoriais que cobrirão o Estado e, após o lançamento oficial desta fase, em julho deste ano, o foco volta-se à execução.

A partir de então, terão início as ações priorizadas pelas governanças, com a inclusão delas no planejamento governamental e acompanhamento dos Conselhos Gestores Territoriais. “Teremos as demandas e necessidades de ações dessas regionais, com o comitê formado agora como parceiro em ações em todos os territórios, uma oportunidade de levar, de fato, ações aos paranaenses”, diz Marcos Marini, diretor de Projetos da Secretaria do Planejamento.

Junto a isso, a capacitação das governanças territoriais será consolidada, além da elaboração e disponibilização de uma plataforma de gestão para instrumentalizar o desenvolvimento regional.

[Banco Mundial e técnicos do Estado estabelecem diretrizes de novos programas estratégicos](#)

PLANEJAMENTO EM REDE - Guto Silva ainda assinala que levantar pleitos regionais é importante para definir o Plano Plurianual (PPA), que deve ficar pronto em setembro deste ano e que vai apontar o caminho do Estado para os próximos quatro anos. Desse modo, a SEPL colocará em ação uma série de visitas em todo Paraná para seguir aprimorando o olhar sobre demandas regionais.

“Semana que vem estaremos rodando o Paraná, com início em Ponta Grossa, Castro, Pato Branco e Francisco Beltrão, com a ideia de formar o que chamamos de Rede 399, aproximando o governo das pessoas, das governanças e entidades regionais, para seguir sintonizados com a situação e sentimento verdadeiros daquela região, daquela comunidade”, diz o secretário.

[Governo elabora Plano Plurianual sensível a questões de gênero e raça](#)

IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA - De acordo com Letícia Yumi de Rezende, gerente

de Relações Governamentais no Sistema Fiep, que participa do Comitê, reunir várias entidades em busca de soluções para todas as regiões do Estado é uma iniciativa fundamental. “Fazer essa conexão com os municípios e de forma ordenada e coordenada, usando o material humano que a gente já tem em todas as regiões, tanto no Estado como na iniciativa privada, vai fazer com que todos possam somar e que o resultado final seja muito bom”, disse.

Para Tangriani Assmann, vice-reitora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que também faz parte do Comitê do Paraná Produtivo, a universidade, que tem sede em 13 cidades, também ganha muito com o avanço para essa nova fase do programa. “É de extrema importância porque, muitas vezes, mesmo tendo em nossos câmpus a atuação de professores focados em determinadas regiões/territórios, fica difícil agregar esses esforços. O programa também vai ajudar a cumprir outra missão, a de transferir conhecimentos à população”, afirmou.

O Paraná Produtivo tem como uma das maiores qualidades, segundo a assessora técnica do programa, Daniela Schlogel, responder à orientação de se fazer política pública baseada em evidência e junto da população, pensando na escuta qualificada dessas regiões, respeitando sempre a autonomia de cada uma das localidades.

[Governador apresenta projetos do Paraná e discute novos financiamentos junto ao BID](#)

“Na primeira fase foram 1,4 mil pessoas ouvidas e trabalhando em conjunto, que ajudaram a elaborar o diagnóstico de demandas importantes para o desenvolvimento regional. E a escolha de ter foco em regiões ocorre porque o desenvolvimento econômico não acontece circunscrito a um município, ele sempre transborda limites, além de não ser igual para todos”, afirmou.

Segundo Daniela, após levantar esses dados e oportunidades, o esforço também vai se voltar para mapear o que há dentro do Estado que poderia sanar aquela demanda. “Isso vai acontecer porque, às vezes, na ponta, o município precisa de uma iniciativa que o Estado já tem, mas que não está chegando lá, então isso também é um papel do Planejamento”, disse.